

## Classe alta é a mais atingida pela crise mundial, aponta FGV

(Flávia Villela)

Brasília - A classe AB, a mais alta da pirâmide social brasileira, perdeu espaço em termos de ascensão social desde o agravamento da crise financeira internacional em setembro, caindo 0,65% no período compreendido até dezembro.

A constatação é da Fundação Getúlio Vargas, que divulgou hoje (11), no Rio de Janeiro, estudo sobre a mobilidade social no país com a crise.

No mesmo período dos dois anos anteriores – 2007 e 2006 – a classe AB subiu 3% na pirâmide. O autor da pesquisa, Marcelo Néri, explicou que, se antes, de cada 100 pessoas que estavam na classe AB 20 caíam a cada ano, hoje, essa relação chega a 25. “É aí que os sinais da crise são mais visíveis”, constatou.

Dessas 25 pessoas, quatro caíram diretamente para a classe E. Néri explica que é provável que sejam pessoas que perderam o emprego ou faliram por conta da crise.

“As pessoas com renda mais alta estão vinculadas aos canais de impacto da crise, como o setor exportador, financeiro e imobiliário. A boa notícia é que esses setores são menos importantes aqui do que em outros países, em termos de emprego, de indicadores de renda.”

Néri observou que o fato de a economia ser relativamente fechada e regulada garantiu uma maior proteção de choque financeiros externos.

O levantamento da FGV aponta, no entanto, que a crise não afetou tanto a classe C, onde o movimento de ascensão não foi interrompido. A classe média emergente continua crescendo nas seis principais metrópoles do País (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

Intitulado “Crônicas de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média”, o estudo mostra que, em dezembro de 2008, a classe média (classe C) passou a representar 53,8% da população.

No mesmo período de 2007, esse percentual era de 51,8%. As classes D e E também continuaram encolhendo comparado aos anos anteriores, de acordo com a FGV. Enquanto 6,79% da classe D migrou para classes mais altas, na classe E esse percentual chegou a 8%.

Marcelo Néri ressaltou a importância das políticas públicas de transferência de renda e injeção de demanda pública em momentos como este. Ele citou como exemplo o programa federal Bolsa Família que, segundo ele, atende 25% da população brasileira.

Na opinião do economista, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é outra ferramenta importante no amortecimento da crise na economia do país, além de melhorar a logística local.

Néri alertou que, embora as políticas públicas sejam necessárias, elas não são suficientes no longo prazo. “Se a gente gastar muitos recursos de maneira errada, no futuro, quando a crise passar, estaremos com o freio de mão puxado”.

Ele defendeu instrumentos que criem microcréditos, abonos, microsseguros e investimento em educação para que o país e as classes mais pobres enfrentem os efeitos futuros da crise.